



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Administração Penitenciária

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Informação sobre fundamentação legal e sobre PAD. Atendimento da demanda. Solicitação que não versa sobre acesso a dados, documentos ou informações custodiados pelo Estado. Inadequação do sistema SIC.SP. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 322/2018**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária, de número SIC em epígrafe, para informações sobre fundamentação legal sobre servidor público e sobre PAD.
2. Em resposta, o ente demandado informou sobre a situação do PAD questionado. Em recurso, a Secretaria afirmou que a situação do servidor público questionado ainda estava em apreciação e comprometeu-se a informar o requerente quando da conclusão do caso. Irresignado, o solicitante interpôs apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do caso concreto deixa claro que a Pasta esforçou-se para responder ao pedido de acesso na medida do possível, nos termos do artigo 11, informando ao requerente sobre a situação do PAD e do servidor questionados.
4. Em relação aos pedidos de providência formulados, para instauração de PAD para punição de outro servidor, evidente que, por não se tratar de pedido de acesso a qualquer dado, documento ou informação pública, disponível e custodiada pelo Estado, encontra-se fora do escopo da Lei de Acesso à Informação.
5. Conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também da Controladoria Geral da União, “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S).
6. Nada impede, sendo mesmo salutar, que o ente público esclareça dúvidas sempre que possível, tendo sido esse o caminho trilhado. Inevitável, contudo, a conclusão de não haver respaldo na legislação vigente para pedido com base na LAI.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

7. Diante do exposto, tendo sido prestados os esclarecimentos cabíveis e sendo vedados pedidos de providência por este canal, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 4º, I e II, 10 e 11, caput, da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 30 de outubro de 2018,

**MANUELLA RAMALHO**

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL